



Evento	Salão UFRGS 2024: SIC - XXXVI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2024
Local	Virtual
Título	Aplicação das medidas compensatórias estaduais no Rio Grande do Sul
Autor	ANA BEATRIZ TITTONI DA SILVEIRA
Orientador	RAQUEL PRETTO

APLICAÇÃO DAS MEDIDAS COMPENSATÓRIAS ESTADUAIS NO RIO GRANDE DO SUL

Ana Beatriz Titto da Silveira

Orientação: Raquel Pretto

Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler,

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

Os elementos que compõem um ambiente refletem a sua qualidade, dificultando definir o que medir. Utilizar indicadores é uma alternativa que permite sistematizar o monitoramento. O Sistema Estadual de Monitoramento da Biodiversidade proposto no Rio Grande do Sul (RS) tem esse propósito, formado por 16 indicadores divididos nas categorias pressão, estado e resposta. Um dos indicadores de resposta trata da aplicação da medida compensatória (MC), um mecanismo de compensação às Unidades de Conservação (UC) estabelecido pelo Art. 36 da Lei Federal n.º 9.980/2000. Este projeto objetiva diagnosticar a aplicação dos recursos de medida compensatória no RS, a fim de subsidiar o início da medição desse indicador. A partir das atas das reuniões da Câmara Estadual de Compensação Ambiental, órgão colegiado responsável pela destinação e acompanhamento da MC, foram coletados os dados de destinação de 2017 a 2023 e consultados os processos administrativos para verificar a execução. Foram contabilizadas 118 destinações, com 40 UCs beneficiadas envolvendo em média aproximadamente 65 milhões de reais por ano. Com relação às destinações, as UCs municipais foram as mais presentes (50%), seguidas das estaduais (47,5%) e das federais (2,5%). Quanto aos Biomas, o valor destinado às UCs no Pampa superou as na Mata Atlântica, porém a execução foi maior na Mata Atlântica. Quanto a localização, os recursos se concentraram na Bacia do Lago Guaíba, mas foram mais executados na do Tramandaí. Quanto à finalidade da aplicação, a regularização fundiária concentrou o maior valor (cerca de 44 milhões de reais), seguida da aquisição de bens e serviços (três milhões de reais), estudos para a criação de nova UC (em torno de 400 mil reais) e, por fim, elaboração, revisão e implementação de Plano de Manejo (quase 300 mil reais). Quanto ao montante executado, a média para o período foi em torno de seis milhões de reais.

Agência de desenvolvimento: Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPq)